

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FAGUNDES, Ligia K.; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória da indústria gaúcha - 1889/1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/FEE, 1987.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1992. p. 146.

NEVES, Gervásio. *Fronteira Gaúcha*. Belo Horizonte: UFMG, 1976. Tese de Livre-docência.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: a economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETERSEN, Sílvia R. F.; LUCAS, Maria E. *Antologia do movimento operário (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tche!, 1992.

PROJETO DE PESQUISA UFRGS-FINEP. *Guia preliminar de fontes para o estudo do processo de industrialização no Rio Grande do Sul (1889-1945)*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/FEE, 1986.

SOUZA, Suzana Bleil de. *A fronteira na Revolução de 1893*. Porto Alegre: Caderno Porto e Virgula, 1993.

## UM MERCADO EM DISPUTA? RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI<sup>1</sup>

Natalia Pietra Méndez  
Luciane Sgarbi Santos Grazziotin  
Adalberto A. Dornelles Filho

### 1 INTRODUÇÃO

O gênero é um dos elementos que organiza o mundo do trabalho, compartimenta espaços que por caminhos simbólicos e materiais se constituem apropriados para cada corpo sexuado. Se as relações de gênero estão presentes na organização das relações de trabalho, quais seriam os possíveis efeitos das mudanças técnicas e produtivas do começo do século XXI no perfil dos empregos e dos trabalhadores de ambos os sexos? O objetivo deste artigo é realizar um estudo de caso localizado em Caxias do Sul, cidade situada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, que atualmente abriga o segundo polo metal-mecânico do Brasil e, no ano de 2010, contava com um total de 435.482 habitantes, dos quais 221.934 são mulheres.<sup>2</sup> A pesquisa utiliza como fonte principal o banco de dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relativo aos empregos formais do país.

Em Caxias do Sul, as últimas duas décadas demonstraram um aumento do nível de ocupação no setor industrial. Considerando a indústria de transformação, verifica-se que houve um crescimento de 62,7% dos postos de trabalho. Igualmente, foi crescente o volume de empregos nos serviços industriais de utilidade pública, setor que se expandiu cerca de 250 vezes (2.480%). Esse aumento dos empregos registrados nesse setor pode estar relacionado com o processo de privatizações e/ou

terceirizações de serviços públicos na última década do século XX e início dos anos 2000. Emerge desse processo um novo segmento de atividade no mundo do trabalho. O setor de serviços também registrou expansão: 56,0%.

A constatação de incremento em vários setores de atividade torna instigante o exame das transformações nas relações de trabalho – e do perfil dos empregos – decorridas na última década. Novos enfoques sobre o mundo do trabalho destacam a heterogeneidade dos trabalhadores no Brasil, evidenciando a necessidade de examinar múltiplas relações sociais. Fatores como gênero e geração, associados à escolarização, são desencadeadores de complexas formas de hierarquias e relações de poder no mercado do trabalho. A escolha do município em questão – com uma gama diversificada de setores de atividade e ocupações – permitirá problematizar as mudanças e permanências na organização dos lugares de homens e mulheres predominantes no mundo do trabalho. Partimos das seguintes problematizações iniciais: As transformações no trabalho nas décadas recentes apontam para o fim de uma lógica sexuada em sua organização? Elas geraram uma “disputa entre os sexos” pelos mesmos espaços no mercado de trabalho? Ou resultaram novas formas de segmentação e deslocamentos dos lugares femininos e masculinos no âmbito laboral?

## 2 GÊNERO E TRABALHO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O mundo do trabalho e suas complexidades, principalmente no tempo presente, necessitam ser enfocados por diferentes áreas do conhecimento. Para uma compreensão dos significados das relações de trabalho, partimos das contribuições da história social e da história cultural, campos da produção historiográfica que contribuíram para questionar a ideia de que

as relações de trabalho poderiam ser compreendidas apenas a partir da polarização entre proprietários dos meios de produção e detentores da força de trabalho. Destacamos, especialmente, a contribuição de Edward P. Thompson, quando fazia referência ao caráter a-histórico, por vezes abstrato, do uso do conceito de classe quando esse era tomado apenas como uma ferramenta teórico-explicativa.<sup>3</sup> Outra crítica a essa visão polarizada do trabalho é que o conceito de classe, por vezes, obscurece a heterogeneidade das relações sociais.

O conceito de classe é importante para a compreensão das relações de trabalho. No entanto, encontrará limites analíticos se não for articulado ao conjunto de experiências históricas que se quer “descrever” e analisar bem como a outras relações sociais igualmente determinantes na constituição da organização social do trabalho e os conflitos que dela resultam.

Tanto quanto a noção de classe, consideramos que o conceito de gênero é uma categoria de análise que colabora para uma compreensão do mundo do trabalho tendo em vista que descortina a dimensão cultural de práticas sociais que – de tão vinculadas ao sexo feminino e masculino – foram consideradas como essência dos mesmos. A aproximação entre a história e os estudos de gênero colaborou para interrogar a existência de identidades fixas e universais e para refletir sobre os efeitos dos discursos dotados de sentidos de gênero e o modo como esses organizam a sociedade e, conseqüentemente, o trabalho.

A respeito do uso deste conceito, há diversos debates que dimensionam as dificuldades de sua utilização, principalmente entre historiadoras vinculadas ao chamado pós-estruturalismo, com destaque para o trabalho de Joan Scott e historiadoras que teoricamente se identificam à tradição thompsoniana da história social.<sup>4</sup> Ao usar o gênero, estabelecemos um diálogo com essas duas “tradições” dos estudos de gênero, se é que o conceito de tradição já pode ser utilizado para um campo ainda tão recente

da produção historiográfica. Em nossa opinião, tanto os estudos orientados pela reflexão pós-estruturalista quanto os que se associam a conceitos advindos da história social oferecem caminhos para entender os efeitos das relações de gênero na sociedade. Em seus debates e divergências, as historiadoras do gênero lançaram problemas que ampliam os horizontes de investigação sobre como as práticas e discursos operam para delimitar fronteiras entre o feminino e o masculino. Ao comentar a separação entre história das mulheres e os estudos de gênero, Michelle Perrot avaliza a opinião de muitas historiadoras(es) que buscam integrar as duas perspectivas:

[...] mientras que la mayoría de las historiadoras piensan que los dos puntos de vista no son excluyentes y defienden una historia de las mujeres constantemente visitada por el género; Como estudiar los espacios de las mujeres – convento, lavadero, pensión, tiendas... –, describir prácticas femininas – del ajuar a la escritura epistolar – sin desplazar en una sociedad gobernada por la diferencia entre los sexos? Asir la historicidad de esta diferencia a todos los niveles de los discursos, de las prácticas, de los espacios, de lo privado y de lo público, de lo político y de lo doméstico, de lo social y de lo económico... es – o debería ser – la preocupación de una historia de las mujeres, resuelta y a la vez descriptiva y problemática, social, cultural y política (PERROT, 2002, p. 126).

Seguindo essa proposição, a pesquisa incorpora a categoria gênero como uma possibilidade de investigar o viés relacional do contexto de inserção feminina e masculina na esfera laboral na sociedade contemporânea. Ao longo da próxima seção, buscaremos examinar quais as mudanças e permanências observadas ao longo da década de 2000 na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho formal de Caxias do Sul. A partir de uma análise quantitativa, queremos verificar as

possíveis mutação em curso nas relações de trabalho e como essas repercutiram para os sexos.

Os aspectos metodológicos da pesquisa dialogam com os debates sobre a vigência da história quantitativa. O estudo, como já foi exposto na introdução, utiliza o banco de dados do Ministério do Trabalho que acompanha cada movimentação dos vínculos empregatícios.<sup>5</sup> Nosso entendimento é que o dado numérico pode ser tomado como uma evidência para interpretar o mundo do trabalho. Recorrer à análise estatística, como afirma Jean-Yves Grenier – contribui para definir o universo dos possíveis. De acordo com o autor, o número, assim como outras fontes textuais com as quais os historiadores estão mais habituados a trabalhar, é um índice:

Primeiramente, ele constitui uma maneira entre outras de descrever um fenômeno: pouco importa aqui que esta seja considerada inferior ou superior a escritas mais literárias ou intuitivas, só conta o fato de tratar-se de uma descrição suplementar não redundante. [...] Do mesmo modo que um fragmento de texto ou de um caco de ânfora, ele orienta a intuição. Nesse sentido, pertence ao campo do paradigma indicial evocado acima: desqualificar o paradigma galilaico não basta, portanto, para eliminar o recurso ao quantitativo (1998, p. 191-192).

Os dados usados na pesquisa apresentam limitações, tais como o fato de que eles são fornecidos por empregadores, o que impede o acompanhamento periódico da atualização e os métodos de preenchimento das informações, tendo em vista que é a empresa – pública ou privada – que abastece as informações sobre cada vínculo empregatício e, posteriormente, informa o MTE. Apesar dessas limitações, o banco de dados da RAIS oferece informações sobre o emprego formal no Brasil desde os anos de 1980 e, ao longo deste período, o MTE vem complexificando as informações que são coletadas, oferecendo uma fonte

quantitativa muito significativa para analisar as relações entre trabalho e emprego, acompanhamento das mudanças salariais, os setores de atividade, os tipos de ocupação (novas ocupações), escolarização, faixa etária, entre outras. O cruzamento com essas variáveis permite problematizar perfis gerais de trabalhadores e trabalhadoras quanto às relações de gênero e verificar possíveis incidências nas inserções e trajetórias no trabalho formal.

### 3 GÊNERO E TRABALHO NOS ANOS 2000: MUTAÇÕES E PERMANÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO

A crise do emprego regular se instalou nos países europeus ainda na década de 1970 e se estendeu nos períodos subsequentes. No Brasil, fenômeno semelhante foi observado a partir da década de 1980, quando o mercado de trabalho formal também iniciou uma fase de atrofia. Embora estes cenários estejam interligados com políticas internas, estão igualmente relacionados com a globalização, que pode ser caracterizada, do ponto de vista econômico, pelo domínio do sistema financeiro e do investimento em escala global aliados à desregulação das economias nacionais; processos de produção flexíveis e multilocais facilitados por rápidas mudanças nas tecnologias da informação e de comunicação; preeminência das agências financeiras multilaterais (SANTOS, 2005, p. 29).

Nesse contexto, Rose-Marie Lagrave analisou os efeitos para a Europa e destacou que já na metade da década de 1970, com a crise do Estado de Bem Estar Social houve uma nova configuração social dos empregos e da divisão social do trabalho. O modelo de emprego estável passou a ser substituído por uma formação e um trabalho à escolha, atomização das formações, emprego instável ou emprego a tempo parcial, desemprego, contrato-formação, trabalho temporário.

A sequência linear das trajetórias profissionais de outrora é substituída por outras de linha quebrada onde desemprego e emprego são apenas as duas faces da flexibilidade e da fragmentação da mão de obra. Nessa transformação, a divisão sexual do trabalho não é apenas um efeito da repartição em áreas ou em setores de atividade, é o princípio organizador da desigualdade face ao emprego: o “verdadeiro” trabalho está na mão dos homens, o “trabalho ao lado” é reservado às mulheres. Não é pois de espantar que as desigualdades entre homens e mulheres aumentem em todo o lado (LAGRAVE, 1991, p. 538).

A autora destaca que as mudanças na organização do trabalho nas últimas décadas do século XX na Europa resultaram em novas formas de segregação entre os sexos. Homens e mulheres não foram afetados da mesma forma pela flexibilização do trabalho talvez porque um dos princípios do funcionamento da flexibilização seja a organização sexuada da divisão do trabalho.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil intensificou sua integração ao sistema financeiro internacional assumindo uma política de diminuição do papel regulador do Estado. Nesse contexto, o mercado de trabalho apresentou uma tendência à desestruturação: redução dos postos de trabalho regulares, retração das ocupações na indústria, expansão do desemprego e das ocupações irregulares. De acordo com o IBGE, em 1990, a taxa de desemprego foi de 4,65%. Em 1999, o percentual de população desempregada aumentou para 8,25%. Não foram apenas os ajustes econômicos do Estado que contribuíram para esse quadro. Conjuntamente, houve uma intensificação do processo de reestruturação produtiva, inserindo o Brasil em um processo de transição de um modelo fordista-taylorista para o modelo toyotista de produção. O deslocamento da mão de obra do setor industrial e agrícola para o setor terciário pode ser compreendido como resultado dessa reestruturação.<sup>6</sup> As

novas regras da produção utilizam-se de alta tecnologia e de um número mais reduzido de trabalhadores que se caracterizam pela maleabilidade, ou seja, a capacidade de exercer diferentes funções dentro da empresa. Ao invés da produção em grande escala, há uma produção focada a atender a demanda existente no mercado.

Estas novas características redimensionaram as relações produtivas exigindo adaptações para a intensa competitividade gerada pelos novos padrões de qualidade na produção e na redução de custos. As políticas de ajuste tiveram como consequência uma crise do emprego, representada pelos números crescentes de desempregados tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles de economia periférica. Entretanto, os dados demonstram que a tendência mundial ao desemprego foi maior nos países não desenvolvidos, como sinaliza o estudo de Pochmann:

Para os países desenvolvidos, a quantidade de pessoas excedentes foi aumentada em 1,85 vezes, pois passou de 15,4 milhões de trabalhadores desempregos em 1975 para 28,5 milhões em 1999. Nas nações não desenvolvidas, o volume de desempregados passou de 22,3 milhões de pessoas em 1975 para 109,5 milhões em 1999, o que equivaleu ao aumento de 4,9 vezes (POCHMANN, 2001, p. 86).

Os estudos acerca dos reflexos da globalização no mundo do trabalho apontam para um decréscimo do emprego vinculado ao setor produtivo. No Brasil, é possível verificar que houve um aumento das taxas de desemprego até a primeira metade dos anos 2000 (atingindo mais de 12% no ano de 2003). Em 2005, as taxas retornaram ao patamar de 9% ao ano e, em 2010 a taxa anual foi de 6,74%. A diminuição do desemprego, em parte, está vinculada a mudanças de orientação política adotadas pelos estados latino-americanos que passaram a adotar uma visão crítica ao modelo neoliberal hegemônico nos anos 90:

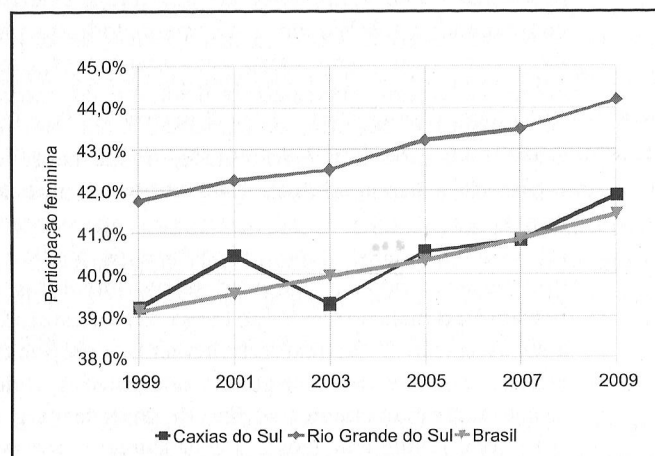
A primeira década do século XXI deixou evidentes as fraquezas do *modelo de desenvolvimento liberal* em proporcionar prosperidade econômica e equalização social no Brasil e na América Latina. Na verdade, o que se materializou, ao longo da década de 1990, foram problemas como vulnerabilidade nas contas externas e endividamento público em praticamente todos os países da região, bem como baixo crescimento econômico, deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho e degradação ambiental. Com isso, esse modelo foi perdendo legitimidade, o que contribuiu, sobretudo a partir de 2002, para vitórias eleitorais de muitos governantes latino-americanos que adotaram, em maior ou menor grau, proposições de políticas do tipo nacional-popular ou neodesenvolvimentistas que haviam sido menosprezadas ao longo de praticamente 30 anos. Acrescido a isto, mais recentemente, a própria crise internacional de 2008, originada nos Estados Unidos, suscitou questionamentos ao tipo de governança global em curso, já que esse país era o *benchmark*, por assim dizer, tanto da política econômica como das instituições e regras do jogo do modelo liberal (DIEST/IPEA, 2011, p. 64).

A partir do exposto, cabe verificar como esses cenários influenciaram as configurações recentes do mercado de trabalho formal em Caxias do Sul e o perfil de trabalhadores e trabalhadoras. No período de 1999 a 2009 houve um crescimento da participação feminina na composição da força de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul, como mostra a figura 1.

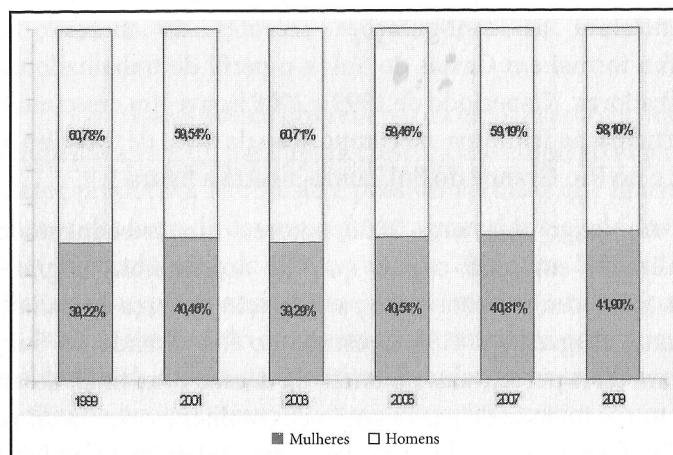
Ao longo dos anos 2000 ocorreu um crescimento da formalização em todo o país que, de acordo com o gráfico acima, favoreceu a expansão da participação da força de trabalho feminina, chegando a 41%. O estado do Rio Grande do Sul já avançara esses percentuais no início da década e, ao final, mostra a contínua expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Em Caxias do Sul, como ilustram os dados da

figura 1, a trajetória apresentou maiores oscilações, registrando maior expansão na segunda metade dos anos 2000.

**Figura 1 – Participação feminina no Mercado de Trabalho Formal na década de 2000**



**Figura 2 – Evolução da participação (% de vínculos) de homens e mulheres em Caxias do Sul**



Em Caxias do Sul, o mercado de trabalho formal é predominantemente masculino, mas chama a atenção o fato de que a força de trabalho feminina tenha, nos últimos anos, se expandido mais do que a masculina. A que fatores isto pode ser atribuído? A escolaridade feminina, superior à apresentada pelos trabalhadores homens ao longo de toda a década analisada, evidencia uma possível resposta. Ao longo dos anos examinados, os dados disponíveis sobre Caxias do Sul comungam com a literatura já consolidada sobre a maior escolaridade das mulheres como fator que vem favorecendo o acesso ao trabalho:

A expansão da escolaridade, à qual as brasileiras vêm tendo cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. [...] Assim, em 2002, 37% delas e apenas 26% deles tinham mais de onze anos de estudo; em dez anos, o percentual de trabalhadoras com esse nível de escolaridade deu um salto de 23% para 37%! A escolaridade mais elevada das trabalhadoras, reproduz, na verdade, o que ocorre na população em geral. Nessa população, pode-se constatar que o predomínio feminino ocorre a partir do ensino médio, ou seja, de nove a onze anos de estudo (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2007, p. 54-55).

A Tabela 1 mostra o estoque de empregos em Caxias do Sul para os anos de 2000, 2004 e 2008 estratificados por sexo e grau de escolaridade. É possível verificar que – ao longo de todo o período – as mulheres apresentam mais anos de estudo do que os homens.

**Tabela 1 – Estoque de empregos em Caxias do Sul para os anos de 2000, 2004 e 2008 estratificados por sexo e grau de escolaridade**

Grau de Instrução	2000		2004		2008	
	Masculino Abs.	Feminino Abs.	Masculino Abs.	Feminino Abs.	Masculino Abs.	Feminino Abs.
Analfabeto	612	367	191	109	147	76
Ens. Fund. Inc.	23.145	10.041	17.663	8.350	16.239	8.164
Ens. Fund. Com.	21.087	11.419	25.776	12.910	30.590	15.545
Ens. Méd. Com.	13.149	11.693	24.134	19.548	38.897	30.106
Ens. Sup. Com.	3.497	5.817	6.424	8.176	6.944	10.275
<b>Total</b>	<b>61.490</b>	<b>39.337</b>	<b>74.188</b>	<b>49.093</b>	<b>92.817</b>	<b>64.166</b>

Fonte de dados: RAIS / PDET / MTE. Tabulação: Observatório do Trabalho - UCS.

A mão de obra feminina se concentrou no ensino médio completo: 29,7% em 2000, 39,8% em 2004 e 46,9% em 2008. O acesso à escolaridade pode estar associado a uma maior inserção das mulheres nos empregos formais em diversos segmentos ocupacionais. De 2000 a 2008, elas foram majoritárias entre os empregados com ensino superior completo, como demonstram os anos de 2000 (14,8% mulheres e 5,7% homens); de 2004 (16,7%mulheres e 8,7% homens); por fim, de 2008 (16,0% mulheres e 7,5% homens). Considerando a população masculina, o grau de instrução apresentou tendência ao crescimento. No ano 2000, a maioria dos homens possuía ensino fundamental incompleto (37,6%), seguido do ensino fundamental completo (34,3%). Entre os anos de 2000 e 2008 houve um movimento em direção a uma mudança da escolaridade dos trabalhadores empregados no mercado formal. Paulatinamente, os homens deixaram de se concentrar no ensino fundamental incompleto, deslocando-se para o extrato do ensino médio. Porém, apenas em 2008 o ensino médio completo surgiu como grau de instrução no qual se concentrou a parcela mais robusta da força de trabalho masculina caxiense (41,9%).

Uma possível leitura destes indícios é que o discurso em prol da escolarização e da qualificação como prerrogativas para conseguir e manter um emprego tenha encontrado maior eco entre a população masculina. A crise do emprego formal, iniciada no Brasil nos anos de 1980, e que teve sua fase mais aguda ao longo da década de 1990 tornou visível, para os homens, que a escolarização poderia apresentar uma vantagem na busca por um emprego, cada vez mais escasso. A população feminina, ao longo de todo o período, manteve de forma estável uma vantagem escolar, tanto no ensino médio completo quanto no ensino superior. Chama a atenção, ainda, o decréscimo da presença - tanto masculina quanto feminina - nos graus de instrução identificados como ensino fundamental incompleto e analfabeto. Tudo indica que houve, ao longo da década, um movimento dos trabalhadores de ambos os sexos por aumentar sua escolaridade. No cenário em questão, o trabalhador com escolaridade completa (fundamental, ensino médio ou superior) passou a ser o perfil mais representativo do mercado de trabalho formal caxiense.

Uma importante mudança em curso é registrada, igualmente, na organização do trabalho, considerando o gênero, quando se observa a jornada de trabalho, como mostra a Tabela abaixo:

**Tabela 2 – Participação feminina (% de vínculos) por jornada de trabalho em Caxias do Sul**

Jornada de trabalho (horas semanais)	Participação feminina (% dos vínculos)	
	1999	2009
Até 20 h	78,0	69,0
De 21 a 30 h	62,9	57,4
De 31 a 40 h	54,6	58,3
De 41 a 44 h	34,2	38,2
<b>Total</b>	<b>39,2</b>	<b>41,9</b>

Fonte de dados: RAIS / PDET / MTE. Tabulação: Observatório do Trabalho - UCS.

A participação feminina em vínculos empregatícios com jornadas acima de 40 horas aumentou de 34,2% para 38,2%. O movimento de intensificação da jornada de trabalho feminino pode ser percebido também pelo aumento da participação feminina nos vínculos empregatícios com jornadas de 31 a 40 horas. No entanto, para dimensionar a representatividade da carga de trabalho formal das mulheres inseridas no trabalho formal caxiense na década de 2000 é necessário considerar que os dados aqui selecionados prestam informações apenas sobre os vínculos. Ou seja, há que considerar um universo significativo de indivíduos do sexo feminino que possivelmente acumulam mais de um vínculo com jornadas de até 20 horas ou entre 21 e 30 horas, fato verificável em algumas ocupações “típicas” das mulheres (área da saúde, educação, entre outras). A conclusão é que as mulheres estão trabalhando mais, corroborando a ideia de que sua força de trabalho não pode ser considerada um componente secundário do mercado de trabalho.

Outro questionamento da pesquisa foi examinar se houve uma alteração da distribuição masculina e feminina nos setores de atividade. A Tabela 3 mostra o estoque de empregos em Caxias do Sul para os anos de 1999 e 2009 estratificados por sexo e setor de atividade econômica segundo classificação do IBGE.

**Tabela 3 – Estoque de empregos em Caxias do Sul para os anos de 1999 e 2009 estratificados por sexo e setor de atividade econômica**

Grande setor IBGE	1999		2009	
	masculino	feminino	masculino	feminino
<b>Indústria</b>	34,0%	13,9%	34,1%	15,6%
<b>Construção civil</b>	3,0%	0,5%	2,8%	0,2%
<b>Comércio</b>	8,1%	6,0%	7,4%	7,4%
<b>Serviços</b>	14,3%	18,6%	13,0%	18,4%
<b>Agropecuária</b>	1,4%	0,6%	0,8%	0,3%
<b>Total</b>	<b>60,8%</b>	<b>39,2%</b>	<b>58,1%</b>	<b>41,9%</b>

Fonte de dados: RAIS / PDET / MTE. Tabulação: Observatório do Trabalho - UCS.

Ao longo dos últimos 30 anos, os setores de atividade que mais concentram os homens foram o extrativo mineral, a indústria de transformação, a construção civil e a agropecuária. A presença feminina foi mais robusta no setor de serviços, comércio e administração pública. Os indicadores da RAIS demonstram a permanência de uma segregação sexuada do mundo do trabalho, porém, com alguns deslocamentos. Devido ao perfil industrial desenvolvido em Caxias do Sul a partir da década de 1960, a indústria de transformação passou a ser responsável pelo maior volume de empregos. Nos anos analisados, a população masculina sempre encontrou, neste setor, a principal fonte de ocupação (58,1% em média), havendo uma permanência de uma concentração na indústria de transformação ao longo de todo o período. Assim, embora os homens continuem majoritários na indústria, desperta a atenção que este setor tenha passado a concentrar o maior contingente de mulheres empregadas no mercado formal. Caberá acompanhar esse movimento nos próximos anos a fim de ver se esse aumento da participação feminina na indústria se confirmará como tendência ou como episódio conjuntural.

O setor de serviços pontuou na segunda posição como o responsável tanto pela maior concentração de mulheres quanto de homens. Todavia, neste setor as mulheres solidificaram uma liderança na ocupação dos postos de trabalho. Entre 1999 e 2009, observa-se um leve decréscimo da concentração feminina no setor, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo da participação na indústria. Para além dos números totais, é importante verificar quais as ocupações que vêm permitindo essa expansão feminina dentro da indústria.



#### 4 LUGARES FEMININOS E MASCULINOS NO MUNDO DO TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO EM SETORES OCUPACIONAIS DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

A década de 2000 registrou permanências na organização do trabalho. A presença feminina prevaleceu vinculada a ocupações que historicamente lhes pertenceram, a exemplo da indústria de calçados, indústria têxtil e indústria da alimentação e bebidas.

**Tabela 4 – Participação feminina (% de vínculos) por subsetores da Indústria em Caxias do Sul**

Subsetores IBGE Indústria	Participação feminina (% dos vínculos)	
	1999	2009
Ind. Calçados	78,4	74,6
Ind. Têxtil	68,6	62,7
Alim e Bebidas	51,7	63,1
Papel e Gráfica	41,1	50,4
Eletrônica e Comunicações	39,4	43,9
Ind. Química	38,9	48,9
Borracha, Fumo e Couro	35,6	56,5
Ind. Mecânica	25,6	17,1
Medeira e Mobiliária	24,2	32,0
Ind. Metalúrgica	17,9	23,8
Mineração não metálica	14,7	13,5
Material de Transporte	8,7	11,1
<b>Total</b>	<b>29,1</b>	<b>31,7</b>

Fonte de dados: RAIS / PDET / MTE. Tabulação: Observatório do Trabalho - UCS.

Diversos setores da indústria apresentaram uma expansão da participação feminina nos vínculos, a exemplo da indústria química, da indústria de papel e gráfica, indústria eletrônica e comunicações e, ainda, a indústria metalúrgica. No entanto, cabe discutir quais são os lugares ocupados dentro desses

subgrupos. Considerando que os salários femininos na indústria caxiense corresponderam ao longo da década a 55% dos salários masculinos, evidencia-se uma divisão qualitativa dos postos de trabalho. O rendimento médio, por hora, dos homens empregados na indústria, em 1999, correspondia a R\$4,60, e as mulheres, a R\$ 2,60. Em 2009, o valor médio, respectivamente, foi de R\$10,30 e R\$5,70.

**Tabela 5 – Estoque total e proporção de mulheres nas 10 maiores ocupações de Caxias do Sul**

CBO	Subgrupo ocupacional	Estoque Total			Proporção de Mulheres (%)		
		2004	2006	2008	2004	2006	2008
784	Embaladores e alimentadores de produção	10.977	11.395	12.644	43,6	46,2	48,3
411	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	7.563	8.315	9.600	71,5	72,3	73,0
721	Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos	6.795	6.768	9.027	5,8	5,3	5,5
724	Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	7.099	7.546	8.617	3,9	4,5	5,8
521	Vendedores e demonstradores	6.580	7.688	8.496	57,4	58,0	60,0
782	Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas	4.840	5.458	6.383	0,8	1,3	1,5
111	Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	5.539	5.670	5.933	70,5	69,8	69,5
513	Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	3.587	4.543	5.249	76,9	79,0	81,8
514	Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros	3.649	4.057	4.828	74,9	74,4	73,3
725	Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos	3.223	3.799	4.554	11,1	12,1	14,0
<b>Total</b>		<b>123.281</b>	<b>134.994</b>	<b>156.983</b>	<b>39,8</b>	<b>40,8</b>	<b>40,9</b>

Fonte: RAIS/PDET/MTE Tabulação: Observatório do Trabalho.

Os dois maiores subgrupos ocupacionais (CBO 784 e 411) apresentaram incremento na proporção de mulheres. Mesmo em ocupações do setor industrial – majoritariamente ocupadas por homens (CBO 724, 782 e 725) – houve uma expansão na participação feminina. Todavia, se esse crescimento pode ser

interpretado como indicador de um movimento dinâmico rumo a uma alteração das funções desempenhadas por homens e mulheres, a análise geral das dez maiores ocupações parece confirmar a persistência de uma segregação de gênero no mercado de trabalho formal. No caso da indústria, por exemplo, a inserção feminina apresentou maior concentração na CBO 784-Embaladores e alimentadores de produção. A maior colocação da mão de obra feminina na indústria apresenta-se, ainda, majoritariamente direcionada para algumas áreas que podem ser classificadas como atividades “não perigosas”. Homens prevalecem associados à execução de atividades consideradas “de risco” – como o controle de máquinas – e a manipulação de materiais “duros”.

Ainda para fins de análise das inserções de gênero nos setores de ocupação, apresentamos aqui parte das informações de pesquisas orientadas pelos autores, que integram o escopo desta investigação. O objetivo das pesquisas conduzidas por Dalponte (2010) e Henquer (2010) foi o de comparar as modificações nas relações de homens e mulheres quanto à presença nos postos de trabalho, renda e graus de instrução em dois setores: Administração Pública e Serviço Industrial de Utilidade Pública. O primeiro foi escolhido pelo fato de ser uma área que vem concentrando uma proporção significativa de trabalhadoras, especificamente pelo segmento dos dirigentes do serviço público (Família 1114 da Classificação Brasileira de Ocupações). O segundo, por se tratar de um segmento novo do mercado de trabalho, que surge no final dos anos 1990 em parte decorrente dos processos de remodelação do Estado às privatizações e terceirizações. Igualmente, chamou a atenção que este setor foi o que mais gerou, proporcionalmente, novos postos de trabalho, tanto para homens, quanto para mulheres.

Verificando primeiramente o cenário da Administração Pública, para os anos de 2003, 2005 e 2008, notou-se que a família ocupacional 1114 apresenta uma significativa concentração

feminina (70,0%, em média). Quanto à escolarização, os servidores de ambos os sexos possuem, majoritariamente, ensino superior completo. Nesse grau de instrução, as mulheres estão em vantagem em relação aos homens, uma vez que cerca de 80,0% das mulheres possuem ensino superior completo enquanto apenas 20,0% dos homens apresentam o mesmo grau de educação.

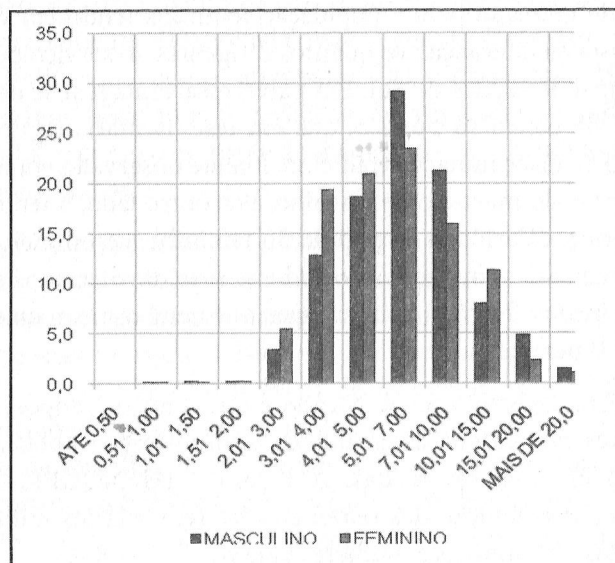
A administração pública vem se constituindo como um nicho de mercado para a população feminina tendo em vista a conquista da liderança nos quadros dirigentes do serviço público municipal de Caxias do Sul. Em parte, essa vantagem se deve ao acesso via concurso público, que em tese, isentaria o processo seletivo de discriminação tradicionalmente observado em outros segmentos do mercado de trabalho. Por outro lado, a tendência de maior escolaridade da população feminina, como meio para driblar uma desvantagem associada ao sexo, favorece o acesso a determinadas funções públicas que possuem como requisito o ensino superior.

Um aspecto a ser destacado é que a maior proporção de mulheres nos cargos dirigentes da administração pública não implica em maiores rendas. A Figura 3 (HENQUER, 2010) mostra a distribuição das remunerações (em salários mínimos) recebidas por homens e mulheres para o ano de 2008.

A figura aponta uma diferença salarial (em salários mínimos, s.m.) favorável aos homens - evidenciada em duas faixas salariais - 5 e 7 s.m.; de 7 a 10 s.m.. O mesmo se repete nas duas faixas salariais mais elevadas (15 a 20 s.m. e mais de 20 s.m). Destaca-se que comportamento semelhante foi observado nos anos 2003 e 2005. O serviço público, por suas características de ingresso, constitui-se em espaço de ascensão da população feminina. Dentro do quadro dos dirigentes do serviço público observa-se a presença de um perfil de mulheres mais maduras, com faixa etária predominante entre 30 e 39 anos, e escolarizadas (HENQUER, 2010). Embora elas apresentem vantagem quanto

à escolaridade, há uma concentração masculina nos melhores salários, o que ainda pode gerar uma diferenciação na trajetória da carreira de homens e mulheres dentro da Administração Pública.

**Figura 3 – Distribuição das remunerações (s.m.) na administração municipal de Caxias do Sul para o ano de 2008, estratificado por sexo**



Quanto ao segundo setor examinado - Serviços Industriais de Utilidade Pública - Dalponte (2010) demonstra que o seu surgimento foi recente, tendo em vista o baixo número de vínculos para anos anteriores a 2005. As três famílias ocupacionais de maior representatividade evidenciam a permanência de uma segmentação sexuada no mercado de trabalho formal que pode ser observada ao analisar indicadores salariais ao longo da década de 2000, comparando a média de rendimentos, segundo o sexo.<sup>7</sup>

**Tabela 6 – Distribuição da remuneração (s.m.) por sexo em cada família ocupacional em Caxias do Sul em 2008**

Faixa de Remuneração Média	Família 1114		Família 4110		Família 5142	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 0,50 s.m.	0,37%	2,25%	1,80%	4,35%	0,00%	0,00%
De 0,51 a 1,00 s.m.	1,87%	1,12%	6,12%	8,70%	0,31%	1,54%
De 1,01 a 1,50 s.m.	1,50%	1,12%	22,66%	2,61%	0,63%	0,00%
De 1,51 a 2,00 s.m.	1,12%	0,00%	33,09%	0,87%	0,31%	2,31%
De 2,01 a 3,00 s.m.	3,75%	6,74%	19,42%	31,30%	36,25%	68,46%
De 3,01 a 4,00 s.m.	9,74%	7,87%	6,12%	35,65%	45,31%	20,00%
De 4,01 a 5,00 s.m.	14,23%	21,35%	2,16%	5,22%	9,69%	3,08%
De 5,01 a 7,00 s.m.	25,47%	21,35%	1,80%	6,96%	2,50%	1,54%
De 7,01 a 10,00 s.m.	23,60%	17,98%	2,52%	3,48%	1,56%	0,00%
De 10,01 a 15,00 s.m.	7,87%	6,74%	0,72%	0,00%	0,00%	0,00%
De 15,01 a 20,00 s.m.	5,24%	3,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mais de 20,00 s.m.	3,75%	5,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ignorado	1,75%	4,49%	3,60%	0,87%	3,44%	3,08%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS / PDET / MTE Elaboração: Observatório do Trabalho.

Com exceção da família 4110, que designa a ocupação de agentes e auxiliares administrativos, nas outras duas famílias selecionadas para análise das trajetórias de gênero no segmento econômico intitulado Serviço Industrial de Utilidade Pública, nota-se uma concentração da força de trabalho masculina em faixas salariais com remuneração superior em relação ao apresentado para a feminina. Na tabela a seguir, será possível verificar – para uma amostra de três anos da década examinada – os rendimentos em salários mínimos de homens e mulheres inseridos no mercado formal de Caxias do Sul, considerando todos os setores econômicos.

No período em questão, a concentração da força de trabalho tendeu a ocorrer na faixa salarial de 1 a 4 salários mínimos. Para a população feminina, houve maior propensão a ocupar postos de trabalho com menor remuneração. Em 2000, 13,97% das mulheres trabalhadoras recebiam de 1,51 a 2 salários mínimos.

Em 2008 este contingente subiu para 22,35%. A presença feminina nas faixas salariais mais elevadas também se manteve menos representativa ao longo da década, tendendo a um decréscimo. Tomando como exemplo o índice de 7,01 a 10 salários, percebe-se que houve uma diminuição do contingente tanto masculino quanto feminino nesta faixa de remuneração. Contudo, os índices apontam para um prejuízo maior da população feminina. Considerando que, em tese, os salários mais elevados exigem maior grau de instrução e observando que, ao longo de todo o período, as mulheres apresentaram maior escolaridade do que os homens, conclui-se que a maior escolarização feminina não evitou uma segmentação de gênero. Tal segregação se reflete tanto nos setores de ocupação quanto nas diferenças salariais que marcaram a trajetória de mulheres e homens que através da inserção no trabalho, organizam suas formas de vida. Desse modo, um dos efeitos gerais da década analisada parece ser uma tendência à concentração da mão de obra em faixas salariais menos elevadas para trabalhadores de ambos os sexos. Contudo, essa propensão foi mais acentuada para as mulheres.

**Tabela 7 – Rendimentos em salários mínimos segundo o Sexo nos anos selecionados**

Faixa de Ren. em dezembro	2000		2004		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 0,50	0,21%	0,29%	0,40%	0,36%	0,26%	0,39%
De 0,51 a 1,00 s.m.	1,15%	2,08%	1,21%	2,47%	2,13%	3,50%
De 1,01 a 1,50 s.m.	2,07%	4,75%	2,81%	7,54%	6,59%	16,92%
De 1,51 a 2,00 s.m.	7,10%	13,97%	10,15%	20,88%	10,61%	22,35%
De 2,01 a 3,00 s.m.	17,59%	27,14%	20,31%	27,93%	22,52%	23,48%
De 3,01 a 4,00 s.m.	16,89%	15,96%	17,27%	12,80%	17,47%	10,55%
De 4,01 a 5,00 s.m.	12,79%	9,68%	12,14%	7,42%	11,66%	5,84%
De 5,01 a 7,00 s.m.	16,81%	10,64%	14,73%	7,89%	12,47%	5,46%
De 7,01 a 10,00 s.m.	11,68%	6,08%	9,60%	4,77%	7,01%	3,44%
De 10,01 a 15,00 s.m.	6,36%	3,63%	5,13%	2,88%	3,32%	2,07%
De 15,01 a 20,00 s.m.	2,26%	1,37%	1,61%	0,98%	1,12%	0,62%
Mais de 20,00 s.m.	2,68%	1,21%	1,96%	0,89%	1,09%	0,37%
Ignorado	2,42%	3,19%	2,67%	3,18%	3,75%	5,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS/MTE Elaboração Observatório do Trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas finais do século XX assistiram a mudanças consideráveis no mundo do trabalho. Neste artigo, tivemos como proposta discutir algumas repercussões do cenário global no mercado formal da cidade de Caxias do Sul. Partimos de estudos que examinam o final do século XX e primeira década do século XXI e enfocam o perfil da mão de obra, identificando as relações de gênero como um dos elementos estruturantes da organização do trabalho.

A globalização vem acelerando mudanças tecnológicas que afetam o perfil da produção e exigem novas “competências” para o ingresso no mundo do trabalho. Uma das consequências da globalização foi dar relevo à competição interna entre os trabalhadores devido ao aumento da concorrência pelo emprego, principalmente o formal:

[...] o mundo do trabalho tenderia a refletir as mutações técnico-produtivas, marcadas pela maior insegurança no emprego e por elevada concorrência no interior da população ativa. De certa forma, novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho (POCHMANN, 2007, p. 41).

As alterações desencadeadas pelos ajustes macroeconômicos afetaram quantitativamente e qualitativamente os postos de trabalho. O mercado passou a exigir um novo perfil: escolarização elevada, domínio tecnológico e polivalência são alguns dos requisitos recorrentes no discurso empresarial para descrever o trabalhador desejável na era da globalização. Verifica-se que estas novas exigências repercutiram na divisão sexual do trabalho no cenário de Caxias do Sul.

Ao observar os efeitos da reestruturação produtiva e da complexidade tecnológica, Hirata (2002) chama a atenção para o fato de que as mudanças tecnológicas não têm as mesmas consequências para homens e mulheres. A autora examina que a tecnologia opera diferentemente nos papéis sexuais no mundo do trabalho em países industrializados e em países considerados em via de desenvolvimento: “As consequências das inovações tecnológicas e organizacionais sobre as condições de trabalho ou sobre a qualificação não são as mesmas de acordo com a categoria socioprofissional atingida, de acordo com o nível de qualificação e o lugar na divisão do trabalho” (HIRATA, 2002, p. 225-226).

Ao observar o panorama do mercado formal de trabalho em Caxias do Sul nota-se que há – em curso – uma alteração do perfil do emprego e dos empregados. Todavia, permanecem distinções com base em lugares sexuais, talvez agora renovadas por argumentos requintados, mas que funcionam, ainda, pela lógica da segregação de gênero. Na seção anterior, observamos que na primeira década do século XXI houve alterações nas configurações de gênero no mercado de trabalho da cidade, influenciadas, ao que tudo indica, pelo cenário de novas tecnologias e do discurso da qualificação profissional como exigências para o acesso ao emprego.

Para melhor examinar os resultados, fazemos aqui uma aproximação ao estudo sobre a condição do trabalho feminino no Brasil nos anos recentes, conduzido por Bruschini e Lombardi (2007). As autoras revelaram que nos primeiros anos da década atual a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro se caracterizou por progressos e atrasos. Em síntese, concluíram que houve um aumento da participação feminina no trabalho ao mesmo tempo em que os índices de desemprego também apresentaram elevação. Salientam a permanência de um predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a ter mais acesso a profissões e carreiras de prestígio:

As trabalhadoras, que até o final dos anos 1970, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Em 2002, a mais alta taxa de atividade feminina, superior a 70%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, e 67% das mulheres de 40 a 49 anos também são ativas. [...] Entretanto, apesar de todas essas mudanças, muita coisa continua igual: as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas (2007, p. 48).

A pesquisa que aqui conduzimos não permitirá chegar a todas as conclusões sobre o panorama do trabalho em Caxias do Sul nos anos recentes, tendo em vista que as fontes estatísticas disponíveis estão limitadas aos empregos formais. Assim, os dados não informam a situação das ocupações informais, do trabalho autônomo, de profissionais liberais e, ainda menos, sobre trabalhos não remunerados que, historicamente, são exercidos pelas mulheres. Há, portanto, um amplo espaço de inserção feminina e masculina no mundo do trabalho que não pode ser mensurado pelas estatísticas disponíveis, o que constitui um limite para nossa investigação. Sobre isto, vale aqui lembrar Michelle Perrot quando nos chama a atenção para os silêncios que encontramos em muitas fontes ao investigar a história das mulheres pelo simples fato de que, até há pouco tempo, o espaço público, arena por excelência dos acontecimentos, lhes foi negado (PERROT, 1989). Esse silêncio repercute igualmente em um não reconhecimento de diversas ações das mulheres na esfera social como dignas de valor. Ao indagar sobre o que é um trabalho de mulher, a historiadora francesa responde: “As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram profissões” (PERROT, 2005, p. 251).

O fato de que a inserção feminina no mundo “reconhecido” do trabalho profissional seja uma história recente dificulta a problemática do silêncio, fato que pode ser observado quando se percebe que, atualmente, persiste o debate – principalmente no campo da economia – sobre o caráter de “não trabalho” do trabalho doméstico. Esse conceito, associado ao valor gerado, acaba por não considerar como trabalho uma série de ocupações não remuneradas, inestimáveis para a vida social e a organização econômica, e que, historicamente, foram associadas às mulheres. Como resultado, essas atividades são desvalorizadas e vistas como o exercício natural de habilidades femininas. Retomando o diálogo com Perrot (2005) ela afirma que as discriminações se enraízam nos costumes, produtos das representações de longa duração, remodeladas ao sabor das necessidades do tempo. Evidencia-se, portanto, que as clivagens que geram diferenças entre profissões feminilizadas e masculinizadas estão relacionadas com uma trajetória de segregação manifestada em toda a organização do trabalho e no mercado formal.

Uma possível explicação para o fato de que os trabalhadores homens apresentem, no mercado formal, graus de instrução menos elevados – em relação às mulheres – pode estar relacionada aos tipos de ocupações que, primeiramente, são acessadas pelos homens. Elas não são as mesmas ocupações que dão acesso às mulheres. O primeiro ingresso da população masculina no mercado formal ocorre, principalmente, através de empregos que exigem, sobretudo, força física. São empregos masculinizados. Aspectos culturais, resistindo às inovações tecnológicas, influenciam para que as empresas prefiram contratar homens para certas ocupações. A segregação de gênero colabora para que as mulheres tenham baixa representatividade em empregos associados a atividades masculinas. Esse aspecto é reforçado através de uma representação social sobre a existência de uma polarização de conhecimentos e habilidades: um polo tipicamente masculino e outro, tipicamente feminino.

Quando a seleção para o emprego é feita pela via de concurso público, observa-se que as mulheres vêm obtendo vantagens na ocupação de postos, inclusive em funções dirigentes. Aqui, a maior escolaridade das mulheres garante o acesso a cargos elevados, muitos dos quais exigem como requisito a formação no ensino superior. Embora elas estejam representadas majoritariamente no quadro dos dirigentes da administração pública, a pesquisa aqui realizada aponta que vantagem feminina não se estende aos salários, onde a superioridade ainda é masculina, verificando-se a permanência de uma segregação ao longo da trajetória profissional, mesmo no quadro do serviço público.

A título de conclusões provisórias da pesquisa destacamos as seguintes perspectivas para a análise do comportamento do mercado de trabalho formal de Caxias do Sul na década de 2000: tendência à concentração da mão de obra – masculina e feminina – no setor da indústria de transformação; a permanência de uma segregação de gênero tanto nos setores econômicos quanto nas ocupações que mais empregaram; o crescimento da participação feminina em ocupações tradicionalmente masculinas – a exemplo da CBO 782 – ao mesmo tempo em que se solidificou a liderança das mulheres em alguns setores do mercado de trabalho, inclusive nas funções de dirigentes do serviço público; a crescente escolaridade para ambos os sexos, registrando que a busca pelo aumento do grau de escolaridade foi mais significativo para os homens, tendo em vista que as mulheres já apresentavam, desde o início da década, índices mais elevados de anos de estudo. Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta para o fato de que as relações de gênero, associadas a fatores históricos e culturais, tendem a (re)produzir assimetrias no mundo do trabalho. Isso se manifesta mesmo em setores econômicos relativamente novos, como foi verificado no Serviço Industrial de Utilidade Pública, segmento no qual, as mulheres, mesmo com maior escolaridade e desempenhando as mesmas ocupações, tendiam a receber menores salários. Comparativamente, essa

mesma situação foi verificada para as mulheres e homens dirigentes do serviço público, demonstrando que a carreira pública – em tese, de acesso igualitário para mulheres e homens – não garante um equilíbrio nas trajetórias profissionais. Chama a atenção que a crescente jornada de trabalho executada por mulheres, bem como sua maior participação no mercado formal em diversos setores e ocupações convive, paradoxalmente, com a persistência da mentalidade da “força de trabalho feminina secundária”. Como bem observou Abramo (2007), tal noção está enraizada no imaginário social sobre homens e mulheres no trabalho, na família, seus lugares nos espaços públicos e privados e também no imaginário empresarial e dos agentes políticos.

O exame do mundo do trabalho a partir do conceito de gênero e dentro de uma perspectiva interdisciplinar se torna, neste contexto, uma ferramenta teórica para compreender os efeitos dos discursos e práticas sociais que operam para a manutenção de uma lógica sexuada no mundo do trabalho. A análise de estatísticas permite acompanhar os movimentos do tempo presente, a fim de discutir possíveis deslocamentos nas fronteiras do gênero.

## NOTAS

- <sup>1</sup> O artigo faz parte do Projeto de Pesquisa Gênero e Trabalho: trajetórias de mulheres e homens no mercado de trabalho formal de Caxias do Sul na década de 2000 e contou com financiamento do CNPq.
- <sup>2</sup> Censo do IBGE 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>
- <sup>3</sup> De acordo com Thompson, a classe social surge como experiência a partir das relações do indivíduo com os meios de produção em que nasce ou é inserido no decorrer de sua vida. Mas, conforme o autor, a consciência de classe é essencial para sua formação. E esta consciência passa a existir quando um grupo de indivíduos estabelece uma identidade de interesses antagônicos aos de outro grupo. A formulação de Thompson sobre o conceito de classe permite ultrapassar uma relação mecânica do sujeito com

os meios de produção. Através deste conceito, é possível compreender como a cultura, a política, a religião, as relações de gênero incidem na construção da identidade de classe. (THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

- <sup>4</sup> Sobre as discussões entre essas duas vertentes, ver: SCOTT, J. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994. TILLY, L. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*(3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994. VARIKAS, E. Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.
- <sup>5</sup> O Banco de Dados da RAIS registra os movimentos anuais de todos os trabalhadores regidos pela Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou Estatuto do Funcionalismo Público. A RAIS foi criada pelo Decreto nº 76.900/75 de 23 de dezembro de 1975 e veio a substituir a Relação Anual de Salários (RAS), sistema de dados utilizado pela Caixa Econômica Federal e a Relação Anual dos Dois Terços, que controlava a aplicação do artigo 352 da CLT (obrigatoriedade das empresas a manter uma proporção de brasileiros não inferior a dois terços). TAGLIASSUCHI, Mirian De Toni; VERGARA, Dulce. A RAIS: Avaliação do Mercado Formal de Emprego no Rio Grande do Sul. In: AZEVEDO, Beatriz R. Z. De. *O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD E PME*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1985.
- <sup>6</sup> O fordismo-taylorismo se caracteriza principalmente por uma produção em grande escala e em série, mercadorias homogêneas voltadas para um consumo de massa e a especialização da mão de obra. O toyotismo se distingue por uma produção que visa atender a demanda do mercado, mercadorias diferenciadas e a multifuncionalidade da mão de obra.
- <sup>7</sup> As variáveis utilizadas são: escolaridade, faixa etária e faixa de remuneração média, cruzando-as com a variável sexo. As três ocupações selecionadas, as quais mais empregaram mulheres no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, em 2008, de acordo com a codificação da CBO, foram: Família 1114: Dirigentes do serviço público; Família 4110: Agentes, assistentes e auxiliares administrativos; Família 5142: Trabalhadores no serviço de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In:

HIRATA, H; SEGNINI, L. (Org.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 21-41.

BOLETIM ANUAL MULHERES E MERCADO DE TRABALHO. [recurso eletrônico] / UCS, NID Observatório do Trabalho. - n. 2 (mar. 2011) - Dados eletrônicos. - Caxias do Sul, RS : UCS, 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/nucleos-pesquisa-e-inovacao-e-desenvolvimento/nucleos-de-inovacao-e-desenvolvimento/observatorio-do-trabalho/boletins-especiais/>>

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, H; SEGNINI, L. (Org.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 43-87.

DALPONTE, D. Perfil das ocupações que Mais Empregaram no Setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública de Caxias do Sul. *XVIII Encontro Anual de Jovens Pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul, 2010*. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/nucleos-pesquisa-e-inovacao-e-desenvolvimento/nucleos-de-inovacao-e-desenvolvimento/observatorio-do-trabalho/estudos-e-artigos>>. Acesso em 21 out. 2010.

GRENIER, Jean-Yves. A História quantitativa ainda é necessária? In: BOUTIER, J. JULIA, D. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

HENQUER, R. F. Relações de Gênero na Administração Pública. *XVIII Encontro Anual de Jovens Pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul 2010*. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/nucleos-pesquisa-e-inovacao-e-desenvolvimento/nucleos-de-inovacao-e-desenvolvimento/observatorio-do-trabalho/estudos-e-artigos>>. Acesso em 21 out. 2010.

HIRATA, H. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L.(Org.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Ed. Senac, 2007. p. 89-108.

LAGRAVE, R. M. Uma emancipação sob tutela. Educação e

trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das Mulheres: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1991. p. 505-543.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. Historia (sexuación de la). In: HIRATA et al. *Diccionario Crítico del Feminismo*. Madrid: Ed. Síntesis, 2002. p. 123-127.

\_\_\_\_\_. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-27, ago./set. 1989.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. *A globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, J. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, L. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*(3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.

VARIKAS, E. Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.



© do autores

1ª edição 2013

Direitos reservados desta edição:

Universidade de Santa Cruz do Sul

Editora da Universidade de Caxias do Sul

Editoração: *Clarice Agnes, Julio Cezar Souza de Mello*

Capa: *José Martinho Rodrigues Remedi*

Fotografia da capa: *Aldo Toniazzo*

V832 Visões sobre o trabalho : diálogos interdisciplinares /  
Moisés Waismann, Natalia Pietra Méndez e José Remedi  
organizadores. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC ; Caxias do  
Sul : EDUCS, 2013.  
260 p. : il.

Coedição EDUNISC e EDUCS.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7578-364-1 (EDUNISC)

ISBN: 978-85-7061-704-0 (EDUCS)

1. Trabalho - História. 2. Força do trabalho - História. 3.  
Mercado de trabalho. I. Waismann, Moisés. II. Méndez, Natalia  
Pietra. III. Remedi, José.

CDD: 331

Bibliotecária responsável : Luciana Mota Abrão - CRB 10/2053

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

*Maria da Graça Correa Jacques*

7

### 1ª PARTE

#### TRABALHO: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

#### O controle capitalista ao longo da história

*Raquel Vieira Sebastiani*

15

#### De festa da ordem à manifestação democrática: as comemorações do Primeiro de Maio no Brasil durante o governo Figueiredo (1979 a 1985)

*Isabel Bilhão*

49

#### O fim do “monopólio da revolução” e o declínio do movimento anarquista no Brasil (1922-1936)

*Tiago Bernardon de Oliveira*

86

#### Os caixeiros pedem descanso: uma abordagem dos movimentos de trabalhadores na fronteira Brasil-Uruguai

*José Martinho Rodrigues Remedi*

117

#### Um mercado em disputa? Relações de gênero e trabalho na primeira década do século XXI

*Natalia Pietra Méndez, Luciane Sgarbi S. Grazziotin,  
Adalberto A. Dornelles Filho*

129